

A importância da Educação Ambiental na promoção da conscientização e desenvolvimento sustentável no ambiente escolar

Autores:

João Ferreira Lins Júnior

Faculdade FABRAS

Marcela Mary Vilela

*Universidade Regional do Cariri -
URCA*

Daniela Maria do Amaral Cubas

*Faculdade de Educação Superior de
Pernambuco - FACESP*

Adriana Soely André de Souza Melo

*Universidade do Estado da Bahia -
UNEB*

DOI: 10.58203/Licuri.83541

Como citar este capítulo:

LINS JÚNIOR, João Ferreira et al, A importância da Educação Ambiental na promoção da conscientização e desenvolvimento sustentável no ambiente escolar. In: ANDRADE, Jaily Kerller Batista (Org.). **Temas Atuais em Ciências Ambientais**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 143-158.

ISBN: 978-65-999183-5-3

Resumo

A preservação do meio ambiente tem sido um tema cada vez mais debatido devido aos efeitos nocivos que afetam não apenas a biodiversidade, mas também as questões sociais. É importante discutir essa temática, dada a sua relevância e necessidade. Nesse panorama, a Educação Ambiental surge como um importante processo, uma vez que promove a conscientização das pessoas/alunos no que concerne aos desequilíbrios naturais e conseqüentemente, promove a disseminação do conhecimento atinente à preservação do meio ambiente. Em vista disso, o presente estudo objetivou compreender a importância da Educação Ambiental, sob o enfoque da sustentabilidade e sua atuação no ambiente escolar. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica. Constatou-se que a Educação Ambiental, especialmente quando ofertada no ambiente escolar, por ser este um local de transmissão de conteúdo e de estímulo do desenvolvimento social, configura-se um importante mecanismo de viabilização para o fomento da conscientização e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Preservação Ambiental. Meio ambiente. Escola.

INTRODUÇÃO

Desde tempos remotos, o homem tem modificado e interferido na natureza de diversas formas, muitas vezes em busca de sobrevivência e desenvolvimento social (SILVA; RIBEIRO, 2016). No entanto, essas alterações têm se intensificado ao longo dos anos, afetando negativamente o meio ambiente e colocando em risco a qualidade de vida de muitos indivíduos. Isso ocorre devido aos impactos gerados nos processos naturais do ecossistema, o que gera um intenso desequilíbrio ambiental.

De acordo com Gadotti (2012), a discussão sobre educação ambiental é essencial, uma vez que está diretamente relacionada à responsabilidade social. A conexão entre educação, sustentabilidade e meio ambiente é fundamental, e a reflexão sobre essa temática é importante para uma análise crítica e consciente da nossa relação com o planeta e com as gerações futuras. Portanto, a educação ambiental deve ser uma preocupação constante no âmbito educacional e em nossa sociedade contemporânea.

Assim, muitas discussões têm sido intensificadas acerca desse panorama, já que se trata de uma temática importante e necessária de ser debatida. Os efeitos nocivos da degradação da biodiversidade estão intimamente ligados a problemas sociais. Nesse sentido, é preciso refletir sobre as práticas sociais, em uma articulação com a produção de sentidos sobre a sociedade e a Educação Ambiental. Esta última é fundamental e deve ser abordada no ambiente escolar, visando à necessidade de modelos de sociedades sustentáveis. Relativamente, ressalta-se que o intuito principal da Educação Ambiental é justamente promover a conscientização das pessoas/alunos quanto as transformações que provocam desequilíbrios naturais, os quais afetam a qualidade dos recursos naturais, atuando dessa forma, na disseminação do conhecimento atinente à preservação do meio ambiente.

Diante disso, o referido estudo buscou responder ao seguinte questionamento: qual a relevância de estudar a educação ambiental e noções de sustentabilidade nas instituições de ensino? Este estudo justifica-se pela importância e necessidade de se externar e discutir acerca do papel que a Educação Ambiental representa enquanto prática educativa e a ampliação dos conhecimentos acerca do papel ecológico da escola no contexto contemporâneo, mostrando que é possível, através de práticas cotidianas, conscientizar

crianças e jovens sobre a Educação Ambiental, de modo que as gerações futuras mantenham-se integradas ao meio ambiente.

Para tanto, objetivou-se compreender a importância da Educação Ambiental sob o enfoque da sustentabilidade e sua atuação no ambiente escolar. Especificamente buscou-se apresentar o conceito da sustentabilidade, externando, por via seus mecanismos e estratégias de enfrentamento; descrever a respeito da educação voltada para o desenvolvimento social e ambiental e, por fim, expor a educação ambiental e sua relevância enquanto disciplina e instrumento de viabilização para o fomento da conscientização e desenvolvimento sustentável, enfocando também sua importância dentro do contexto do ambiente escolar como um todo.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, no qual tem a preocupação de realizar uma análise empírica de uma determinada realidade estudada. A pesquisa descritiva, tem a função de observar, registrar, analisar e correlacionar-se os fatos ou fenômenos sem manipulá-los e sem a interferência do pesquisador (RAMPAZZO, 2002).

Já a pesquisa qualitativa busca compreender as percepções, atitudes e determinados aspectos da vida humana, por conta disso esse foi o método que se mostrou mais adequado para o tema proposto (YIN, 2008).

O método utilizado se constituiu por meio de pesquisa bibliográfica, que conforme Marconi e Lakatos (2010) é realizada por meio de levantamentos em fontes secundárias, ou seja, bibliografia já publicada, a qual compreende consultas em livros e artigos científicos, possibilitando um maior auxílio na análise das pesquisas e manipulação das informações, além de propiciar uma visão geral da temática.

SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E PREMISAS

Ao longo do tempo, o homem vem cada vez mais tomando consciência de sua responsabilidade e obrigação social, revelando assim uma grande preocupação com o meio ambiente. Com isso, passa a demandar atitudes conscientes, no intento de minimizar os

efeitos nocivos ambientais resultantes das intervenções do homem na natureza, e que vem causando sérias consequências, como a poluição do ar e da água, efeito estufa, chuva ácida, lixo nuclear, entre outros (TEIXEIRA, 2009).

A esse respeito, Costa reitera:

A questão ambiental evoluiu paralelamente à intensificação da globalização. Instaurada na primeira metade da década de 1970, sem embargo isto não permite inferir que até então tenha passado despercebidos os impactos acarretados pela expansão da atividade produtiva sobre o meio ambiente e natureza a polêmica desenvolvimento (ou crescimento) econômico versus preservação (ou conservação dos recursos naturais) (COSTA, 1997 p. 77).

O atual padrão econômico que origina e estimula a um alto paradigma e nível de consumo, além de estar abrangente a poucos, é inconsistente, ecologicamente incorreto e resulta em significativos e importantes dispêndio ao meio ambiente. Nessa esfera, para que o progresso se cumpra no percurso da sustentabilidade, é fundamental reestruturar os métodos e processos remodelar os paradigmas atuais de produção demandadas pelas empresas (GALELLI, 2017).

Atualmente, o tema sustentabilidade tem sido de grande destaque, especialmente no âmbito empresarial e no panorama econômico mundial, dada a importância em se conter a poluição ambiental e minimizar os impactos no meio ambiente. Para tanto, a prática da sustentabilidade está presente no discurso das empresas que pretendem garantir sua subsistência no mercado de trabalho sem lesar as futuras gerações (SANTOS e SILVA, 2017).

De acordo com Viegas et. al. (2015, p. 3), “o conceito de sustentabilidade explora as relações entre desenvolvimento econômico, qualidade ambiental e equidade social”. O mesmo teve seu delineamento na década de 1970, durante a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia) principiado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

O conceito de sustentabilidade é muito amplo e abrange assuntos como a responsabilidade social e o meio ambiente através do tripé da sustentabilidade, que em

inglês é denominado de *triple bottomline* (Linha inferior tripla). Em termos gerais, a expressão teve seu início ao longo dos anos de 1980, por meio da conscientização progressiva, onde os países precisam desvelar formas de promover a ascensão de suas economias, no entanto, sem provocar danos ao meio ambiente e também das próximas e futuras gerações (LUCIETTI, 2018).

A respeito do conceito *Triple BottomLine*, Ethos define:

Pode-se dizer que a adoção do conceito de *Triple BottomLine*, em si, representa a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável pela gestão empresarial. Dessa maneira, a empresa sintetiza seus propósitos e ações aos mecanismos de resposta social em relação a todos os interessados em seus negócios - acionistas, clientes, parceiros, governos, comunidades locais - agregando valor econômico a valores sociais e ambientais para os quais esta organização contribui - ou ajuda a destruir, conforme sua ética (ETHOS; UNIETHOS, 2012, p. 47).

O tripé da sustentabilidade é empregado como um mecanismo que compreende a prática e performance da organização e os confronta com as questões econômicas, ambientais e sociais. Em outras palavras, é uma ferramenta utilizada a precisar técnicas e recursos dos quais as organizações devem assumir com o objetivo de minimizar os impactos gerados nos três níveis: social, ambiental e econômica (SPERS; MOTA; MARTINELLI, 2014).

Segundo Galleli (2017, p. 35) a sustentabilidade é definida como sendo “ [...] um conjunto de práticas e atividades que tem o objetivo de suprir as necessidades dos seres humanos, sem prejudicar o futuro das próximas gerações”. Ou seja, é a possibilidade e competência com que as pessoas têm de subsistir dentro de um meio sem causar danos e prejuízos a este, buscando-se de pecúlios naturais de forma prudente e assegurando que eles perdurem no futuro.

Outrossim, pode-se dizer que a tomada de consciência, em relação ao futuro do meio ambiente e seus recursos naturais, demanda as pessoas a se tornarem mais responsáveis e conscientes, ao passo que também as instituições de ensino, trate do assunto e se discuta as questões ambientais transversalmente e interdisciplinarmente pelos

educadores/professores. Em vista disso, tem-se demonstrado uma maior preocupação e consciência com a natureza e com as futuras consequências que o consumo inconsciente trará ao planeta, assim como também com as futuras gerações para que estas possam usufruir de um ambiente saudável e equânime.

MECANISMOS E ESTRATÉGIAS QUE PERMEIAM A SUSTENTABILIDADE

A prática do desenvolvimento de forma sustentável requer, além de uma conscientização necessária, também uma transformação no comportamento das pessoas, organizações, nas políticas públicas e ações governamentais, assim como nas ações de todos aqueles que integram a sociedade.

Tendo em vista toda a atenção voltada a sustentabilidade, estratégias e mecanismos que envolva o manejo e reaproveitamento dos resíduos sólidos produzidos, é considerada uma importante ação que promove não somente benefícios e sustentabilidade ao meio ambiente, como também acaba por motivar o potencial de crescimento das organizações tidas como “ecologicamente corretas”, e, principalmente, ajudam a na preservação dos recursos naturais para as futuras geração (GALLELI, 2017).

Ayres (2009) afirma que com a crescente preocupação no sentido de se respeitar e proteger o meio ambiente, a importância do reuso e manejo de forma adequada dos resíduos sólidos vem tomando maiores proporções. Ao invés de fluxo único dos materiais, a ideia de ciclo é cada vez mais empregada, promovendo então um desenvolvimento sustentável.

Boff (2012, p. 110) define o desenvolvimento sustentável como sendo:

Um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para global; estas dimensões são inter-relacionadas por meio de instituições que estabelecem as regras de interações e que também influenciam no comportamento da sociedade local.

Na mesma linha de raciocínio, Chiavenato e Sapiro (2009) reiteram que o desenvolvimento econômico de modo sustentável adere o aproveitamento e o emprego de

recursos através de modelo que seja compatível às demandas sociais e empresariais e que, proteja o meio ambiente sem atingir as necessidades atuais e futuras.

Por esse ângulo, Ayres (2009) acrescenta:

As sociedades, de uma forma geral, têm procurado buscar formas mais harmoniosa de vida. E, tanto pelas fontes de matérias-primas como pelos resíduos, exigem-se cada vez mais produtos limpos e que, após o término de sua vida útil, não causem impactos negativos ao meio ambiente. Do ponto de vista social, essas formas mais harmoniosas de vida traduzem-se em responsabilidade pelo meio em que vivemos.

Sob o ponto de vista de uma sociedade cada vez mais preocupada com o meio ambiente e mais consciente da responsabilidade social que cada um deve exercer, o termo sustentabilidade engloba diversos dispositivos e meios que assegurem a subsistência do desenvolvimento econômico através de recursos ambientalmente sustentáveis, tal qual como a logística reversa, a reciclagem e a compostagem dos resíduos orgânicos, métodos a serem dispostos nos tópicos a seguir, dentre muitas outras medidas e ações preventivas existentes.

No tocante, Jacobi (2003, p. 9) acrescenta:

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos.

Desse modo, Jacobi acrescenta ainda que a noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento, tanto no âmbito econômico, como também no social.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO

A preocupação latente intrínseca ao crescimento exponencial da degradação do meio ambiente tem se tornando cada vez mais visíveis e, portanto, torna-se também visível a preocupação em torno do futuro do planeta e de todos os seus habitantes, ao passo que nessa situação, requer a necessidade em se promover medidas preventivas e tentativas para a redução desse quadro. As ações partem de diversas formas, que englobam principalmente a prevenção e também a educação ambiental, ambas, visando a preservação dos recursos naturais do planeta.

A Educação Ambiental vem sendo incorporada como uma prática inovadora em diferentes âmbitos, tendo destaque como objeto de políticas públicas de educação e de meio ambiente em âmbito nacional e como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social.

No tocante, conforme Loureiro (2012), a educação voltada ao meio ambiente aponta a constituição de valores sociais, informações, capacidades, costumes e confiabilidades regressadas para a conservação ambiental e sua sustentabilidade. A Educação Ambiental é vista hoje como uma possibilidade de transformação intensa da realidade e das condições da qualidade de vida, por meio da sensibilização advinda da prática social reflexiva embasada pela teoria.

A Educação Ambiental se constitui como um dos pilares para a construção de sociedades sustentáveis e, representa uma possibilidade de alcançar todos os cidadãos e cidadãs. De acordo com Carvalho (2004, p. 163), a definição da Educação Ambiental, embora seja considerada muito complexa de complexa, poder ser assim descrita:

Do ponto de vista da sua dimensão político-pedagógica, a EA pode ser definida, *lato sensu*, como uma educação crítica voltada para a cidadania. Uma cidadania expandida, que inclui como objetos de direitos a integridade dos bens naturais não renováveis, o caráter público e a igualdade na gestão daqueles bens naturais dos quais depende a existência humana. Nesse sentido a EA crítica deveria fornecer os elementos para a formação de um sujeito capaz tanto de identificar a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental quanto de posicionar-se diante desta.

Conforme definição do Ministério do Meio Ambiente, a Educação ambiental é dessa forma compreendida:

[..] é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir - individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais presentes e futuros (RODRIGUES, 2009, p. 32).

De acordo com Dias (1998, p. 21), a concepção da educação voltada ao meio ambiente se deu a partir Conferência de Estocolmo, na Suécia, sendo este, considerado um marco histórico político internacional no qual desencadeou o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Na conferência, definiu-se a Educação Ambiental “como elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo”, e enfatizou-se “a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades”.

Entretanto, Medina (2008) aponta que a principal referência histórica da Educação Ambiental foi a realização da Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e ocorrida no ano de 1975 em Tbilisi, na Geórgia. No documento oficial da conferência, dispõe:

A Conferência reunida em Tbilisi: Dirige um apelo aos Estados Membros para que incluam em suas políticas de educação medidas orientadas no sentido de incorporar conteúdo, diretrizes e atividades ambientais em seus sistemas, tendo como base os objetivos e as características mencionados anteriormente; convida as autoridades em educação a intensificarem seu trabalho de reflexão, de pesquisa e de inovação relativo à Educação Ambiental; convoca os Estados Membros a colaborarem neste sentido, em especial por meio de intercâmbio de experiências, de pesquisas, de documentação e de materiais, e também colocando serviços de formação à disposição do pessoal docente e dos especialistas de outros países; convoca, finalmente, a comunidade internacional para, generosamente, contribuir no sentido de fortalecer essa colaboração numa atitude que simboliza a necessária solidariedade de todos os povos e que pode ser considerado, particularmente, como estímulo para promover a compreensão internacional e a causa da paz (SÃO PAULO, 1994, p. 3).

Já na Agenda 21 (Documento elaborado durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco92), em junho de 1992, no Rio de Janeiro) a Educação Ambiental é definida como sendo o principal mecanismo para a conversão do atual modelo de desenvolvimento, da mesma forma que para a implantação de um desenvolvimento sustentável (ANDRADE e CRISÓSTIMO, 2007).

Na mesma linha, (BRUMATI, 2011, p. 16) descreve que o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) define a Educação Ambiental como sendo “[...] um processo de formação e informação orientada para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental”.

No Brasil, Educação Ambiental é exigida constitucionalmente, após a elaboração da Constituição Federal (CF) de 1988, conforme aponta Lotti et. al., (2015):

O artigo 225 da Constituição é dedicado totalmente para questões ambientais, garantindo teoricamente a restauração, preservação e manejo das espécies nativas e dos ecossistemas brasileiros. No parágrafo sexto deste mesmo artigo, consta que é obrigatório “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988; LOTTI et al., 2015, p. 63-64).

Igualmente, no mesmo sentido, o país também é regido através da Lei de Nº 9.795/99 disposta sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, assim definindo o termo Educação Ambiental como sendo: “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, p. 1).

Cambers e Diamond (2012) acrescentam que o novo olhar do sistema educacional para o desenvolvimento sustentável situa a educação como ponto central, na busca por resolver os grandes problemas da sociedade. Desse modo, a educação passa a ser considerado um importante instrumento de viabilização para que sejam promovidas as alterações necessárias com o intento de proporcionar o progresso de forma sustentável.

Todavia, é preciso também considerar que a educação é apenas como o instrumento de maior importância para a garantia da conquista dos valores que o desenvolvimento sustentável requer, posto que existem muitos outros fatores inerentes para que de fato tão acontecimento ocorra, como por exemplo questões políticas e econômicas.

Pedrini (2000) aborda a educação ambiental de uma maneira que incorpore um desenvolvimento que considere a qualidade humana, em vez da quantidade econômica. Em sua abordagem educativa, propõe ainda a incorporação de três grandes domínios:

[...] (i) o cognitivo, favorecendo a aquisição de experiência e conhecimentos na área ambiental e seus problemas correlatos (educação sobre o ambiente); (ii) o afetivo, despertando valores e motivações que considerem um ambiente mais adequado (educação no ambiente); e (iii) o participativo, promovendo a aquisição de habilidades e competências para agir e resolver os problemas ambientais (educação para o ambiente) (PEDRINI, 2000, p. 19).

No tocante, Sena e Bonotto (2000, p. 11) acrescentam que o trabalho educativo deve contemplar os valores sociais “ambientalmente desejáveis” tendo como base o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, tal quais como:

[...] a valorização da vida, dos seres humanos e de todos os seres; valorização da diversidade cultural das sociedades humanas - gerações presentes e futuras; valorização das diferentes formas de conhecimento; valorização de um modelo de sociedade baseado na sustentabilidade equitativa e qualidade de vida para todos; valorização da responsabilidade, da solidariedade, da cooperação e do diálogo para a construção de uma sociedade justa e equilibrada, social e ambientalmente. Ressalta-se que, esses posicionamentos envolvem não somente a relação homem-natureza, mas, também a relação estabelecida entre toda a sociedade, tratando inclusive das relações sociais.

Por conseguinte, diante disso fica claro que a Educação Ambiental condiz como uma forma operativa e eficiente de fomentar a disseminação de problemas ambientais e

preservação para toda a sociedade, em razão de que tem como principal propósito a promoção da conscientização e compreensão dos alunos sobre as intensas transformações e desequilíbrios naturais pelos quais vem ocorrendo no planeta, assim como os impactos que esses acontecimentos resultam na qualidade de vida humana e na biodiversidade como um todo.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL

Preocupações inerentes a questões ambientais vêm ao longo dos últimos anos se intensificando ao passo que, muitos projetos e atividades vem sendo desenvolvidas com a finalidade de se promover a educação na sociedade e, conseqüentemente sensibilizá-las para a mudança de atitudes danosas e a geração de comportamentos saudáveis e positivos em prol ao equilíbrio do meio ambiente também vem sendo otimizadas.

Nesse contexto, as instituições de ensino exercem um papel bastante importante e relevante. Travassos (2006) aponta que a escola desempenha um dos papéis mais importantes nessa direção, em razão de a elas caber a função de informar, pesquisar e conceber futuros agentes da sociedade humana. No tocante, a Educação Ambiental intenta habilitar o aluno para explorar medidas e ações de forma acertada, viabilizando uma percepção crítica, ética e moral quanto ao mundo e tendo como objetivo uma melhor qualidade de vida. A esse respeito, Lotti et al., (2015, p. 60) acrescenta:

[...] a Educação Ambiental tem como principal objetivo a conscientização dos alunos de que o planeta passa por um período de intensas transformações que desencadeiam desequilíbrios naturais, os quais afetam a qualidade dos recursos naturais como água, solo e ar e, ainda, podem alterar drasticamente o clima e a amplitude dos habitats naturais, resultando em reduções na biodiversidade e na qualidade de vida humana. Desta forma, a Educação Ambiental atua na difusão do conhecimento relacionado à preservação do meio ambiente, como o descarte correto de resíduos e economia de energia e de recursos naturais.

Sob essa perspectiva, Jacobi (2003) descreve que a Educação Ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos alunos. Do mesmo modo, nesse ponto, a Educação Ambiental viabiliza um maior conhecimento,

mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, além de condições necessárias que visam estimular uma maior associação e equilíbrio dos indivíduos com o meio ambiente.

Com a inclusão da Educação Ambiental como um dos princípios da pós-modernidade, sucederam mudanças no contexto do desenvolvimento relativo a educação e conseqüentemente também ao social, onde o indivíduo passa a ser doutrinado, assim como também a produzir e propagar conhecimento.

É manifesto a inserção da Educação Ambiental como disciplina permanente e obrigatória nas grades curriculares das escolas no Brasil, e isso representa um grande e importante passo na formação de jovens e adolescentes mais conscientes com vistas aos problemas ambientais, do mesmo modo que com a preservação dos ambientes e recursos naturais do planeta (ARAÚJO; PEDROSA, 2014).

É fato que a educação no ambiente escolar por si só não resolva os grandes problemas ambientais existentes no planeta. Entretanto, a escola, por se tratar de um importante mecanismo de transmissão do conhecimento, tende a contribuir, e muito, na promoção da igualdade, justiça social, diversidade e sustentabilidade ambiental, do mesmo modo, que os professores, atuando na formação de novos cidadãos, auxiliem os alunos na conscientização das futuras gerações para com o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou compreender a importância da Educação Ambiental, sob o enfoque da sustentabilidade e sua atuação no ambiente escolar. Foi possível estudar acerca do termo sustentabilidade, sua importância para o meio ambiente e gerações futuras, assim como também, externar a relevância da educação voltada para o desenvolvimento social e ambiental. De igual modo, contemplou a Educação Ambiental, enquanto disciplina e como um importante mecanismo de viabilização para o fomento da conscientização e desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a educação ambiental é vista como possibilidade de transformação, capaz de fomentar o desenvolvimento social e ambiental, portanto, a escola desempenha um dos papéis mais importantes nessa direção, haja vista ter importante missão de formar futuros agentes da sociedade humana. Em vista disso, a Educação Ambiental exerce uma função importante, permitindo o aluno, explorar medidas e ações de forma acertada,

viabilizando uma percepção crítica, ética e moral quanto ao mundo e seus recursos naturais, além da importância do seu papel social com respeito a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO de Magnólia F. F.; PEDROSA, Maria A. **Ensinar ciências na perspectiva da sustentabilidade: barreiras e dificuldades reveladas por professores de biologia em formação.** Educar em Revista, UFPR: Curitiba, Brasil, n. 52, p. 305-318, abr./jun. 2014.

AYRES, Antônio de Pádua Salmeron. **Gestão de Logística e Operações.** Curitiba - PR: IESDE Brasil S.A., 2009.316 p.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 28 mar. 1999. Seção 1, p. 1.

BRUMATI, Keli C. **A Educação Ambiental No Ensino Em Ciências.** Repositório EduCAPES. 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2594/1/MD_ENSCIE_2011_1_08.pdf Acesso: fev 2021.

CAMBERS, G.; DIAMOND, P. **Sandwatch: Adaptar-se à mudança climática e educar para o desenvolvimento sustentável.** Paris: UNESCO. 148 pp. 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COSTA, J.M.M. **Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico.** In: XIMENES, T. (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21.** Belém: NAEA, 1997.

ETHOS; UNIETHOS. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. Disponível em: https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Relatorio-de-Sustentabilidade-Ethos-e-Uniethos-2008_pt.pdf. Acesso: fev 2021.

GALLELI, Bárbara. **Sustentabilidade nas Organizações: uma proposta de gestão a partir das inter-relações entre estratégias, competências organizacionais e competências humanas**. (2017). Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde19042017.../CorrigidaBarbarapdf. Acesso: fev 2021.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

LOTTI, L. F.; SERVIDONI, M. E. G.; CARDOSO, M. de F.; ZOLIM, T. C.; SIMÕES, V. A. P. A educação ambiental no sistema educacional brasileiro: uma breve revisão bibliográfica. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umuarama, v. 15, n. 1, p. 57-71, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2010. 5a ed. p.43 e 44.

MEDINA, N. M. **Breve histórico da educação ambiental**. (2008). Disponível em: http://pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/ed_ambiental.pdf. Acesso em: fevereiro de 2021.

NASCIMENTO, L. A. **Estudo da Gestão de Resíduos Sólidos em uma Rede de Supermercados**. Monografia (Curso de Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de Lorena - Universidade de São Paulo. Lorena, 2018. Disponível em: <http://sistemas.eel.usp.br/bibliotecas/monografias/2018/MEA18002.pdf>. Acesso: Fev 2021.

PEDRINI, A. de G. (Org.). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

RODRIGUES, Denise C. G. de A. Ensino de Ciências e a Educação Ambiental. **Revista Práxis** - ano I, nº 1 - janeiro 2009, p. 31-35.

SANTOS, F. R.; SILVA, A. M. A importância da educação ambiental para graduandos da Universidade Estadual de Goiás: Campus Morrinhos. **Interações** v. 18, n. 2, abr./jun. 2017.

SENA, L. M.; BONOTTO, Dalva M. B. Educação ambiental e o trabalho com valores no ensino de ciências: um estudo de caso. **VII Enpec. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis, 8 de Novembro de 2000.

SPERS, Valéria Rueda Elias; MOTA, Marília Gabriela Mosca; MARTINELLI, Pedro Paulo Holtz. **Conversando sobre Administração: Foco na Responsabilidade Social**. Campo Grande: Life, 2014. 176 p.

TRAVASSOS, Edson Gomes. **A prática da educação ambiental nas escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

VIEGAS, P. B.; BIANCHI, R. C.; MEDEIROS, F. S. B. Práticas sustentáveis ambientais utilizadas no setor de pós-vendas em concessionárias de veículos leves: um estudo de multicasos. **GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 10, nº 1, jan-mar/2015, p. 101-117.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.